



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

PREGÃO N° 29/2008 - JF/SE

A UNIÃO, pelo presente edital e através da JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária do Estado de Sergipe, CNPJ n° 05426567/0001-48, situada à Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Centro Administrativo Augusto Franco, Bairro Capucho, nesta Capital/SE, torna público que o Pregoeiro deste Órgão, nomeado pela Portaria n° 076/08 - DF, realizará Sessão Pública na Sala de Licitações da Secretaria Administrativa, no dia **27 de novembro de 2008, às 13:00 horas (horário local)**, ou no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, na hipótese de não haver expediente nesta data, para processar licitação na modalidade de PREGÃO, sob n° 029/2008 - JF/SE, por MENOR PREÇO, nos termos da autorização constante do Processo Administrativo n° 157/2008 (454/07 – Div), subordinada aos ditames da Lei n° 10.520, de 17.07.2002, bem como à disciplina da Lei n° 8.666/93, **destinada à Contratação de empresa fornecedora de água mineral ou potável de mesa, para a Justiça Federal de Sergipe**, na forma e condições estabelecidas neste ato convocatório, ocasião em que realizar-se-á o credenciamento dos interessados, o recebimento dos respectivos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, ofertas de lances, e demais atos para processamento do certame.

I - DO OBJETO:

1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa fornecedora de água mineral ou potável de mesa, para a Justiça Federal de Sergipe**, conforme o Anexo I – parte integrante deste edital.

II - DOS ANEXOS:

02.01 – Integram o presente edital como se dele fizessem parte os documentos abaixo relacionados:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Minuta do Contrato;
- c) ANEXO III – Carta de Credenciamento;
- d) ANEXO IV – Declaração de Superveniência;
- e) ANEXO V – Declaração de trabalho de menor

III – DA PARTICIPAÇÃO:

03.01 – Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas que apresentarem até às **13:00 horas do dia 27/11/2008**, ao Pregoeiro, em sessão pública, no endereço constante no preâmbulo deste edital:

- a) Representante portando quaisquer dos documentos de credenciamento indicados na **cláusula IV** em separado dos envelopes 1 e 2;
- b) “PROPOSTA COMERCIAL” - (envelope 1);
- c) “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” - (envelope 2).

03.02 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

- a) Cujo representante não esteja presente à sessão pública de processamento do certame;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

- b) em consórcio ou associação, de acordo com o art. 33, da Lei 8.666/93; bem como, que esteja impedida de participar de licitações neste Órgão;
- c) que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública Federal, direta ou indireta;
- d) que descumpra o artigo 7º, inciso XXXIII da CF/88, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

IV - DO CREDENCIAMENTO:

04.01 – No local, data e hora indicados no preâmbulo deste edital e na presença do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, será realizado o credenciamento do(s) representante(s) do(s) licitante(s). Para tanto será indispensável apresentação dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tanto, comprovando esta capacidade jurídica;
- b) procuração particular ou carta de credenciamento, estabelecendo poderes para representar o licitante, acompanhada, conforme o caso, de um dos documentos citados na alínea “a”, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-la, ou ainda cópia de traslado de procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de prepostos.

04.02 - O representante do licitante presente à sessão deverá entregar ao Pregoeiro o documento de credenciamento, juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, em separado dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

04.03 - Os documentos necessários ao credenciamento dos representantes poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticado por servidor desta Seção Judiciária, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade.

04.04 – A cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome deste, sempre que autorizado por documento de habilitação legal, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de um licitante.

04.05 – A não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, impossibilitará a participação de tal(is) licitante(s) no certame.

04.06 – Os representantes das empresas concorrentes deverão permanecer no local da sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata e documentos respectivos.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

05.01 - A **Proposta Comercial** deverá ser apresentada, **em uma única via**, em envelope individual, lacrado, tendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Ao Pregoeiro



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

*JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SE
PREGÃO Nº 29/2008 – JF/SE
SESSÃO PÚBLICA DIA 27/11/2008, às 13:00 horas.
ENVELOPE 1 – “PROPOSTA COMERCIAL”
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço completo)*

E, obrigatoriamente, deverá ser datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada e assinada por quem de direito., indicando as seguintes informações, entre outras:

- a) o CNPJ e a razão social do proponente;
- b) o preço unitário para o objeto especificado no ANEXO I, o qual deverá ser condizente com os preços praticados no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, bem como compreendendo todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, fretes, encargos, seguros, taxas, etc., e deduzidos os descontos eventualmente concedidos;

05.02 – Todos os documentos e declarações apresentadas no envelope “Proposta Comercial” deverão seguir, no que couber, as regras definidas no item 06 deste ato convocatório.

VI - DA HABILITAÇÃO:

06.01 - A **Documentação de Habilitação** deverá ser apresentada, **em uma única via**, através do Envelope nº 02, devidamente lacrado possuindo em sua parte externa os seguintes dizeres:

*Ao Pregoeiro
JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
PREGÃO Nº 29/2008-JF/SE
SESSÃO PÚBLICA DIA 27/11/2008, às 13:00 horas.
ENVELOPE 2 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço completo)*

E conterá no interior, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando se sociedades comerciais e, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

- f) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, através de certidões emitidas pela respectivas Procuradorias da Fazenda (**Dívida Ativa**) e Secretaria da Receita Federal (**Tributos Federais**) e prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- h) Certidão Negativa de Débitos (CND), emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**);
- i) Certificado de Regularidade de Situação (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- j) Declaração expressa de que não possui em seu quadro de pessoal, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz e acima de quatorze anos, ou pessoas em atividades noturnas, insalubres e/ou perigosas para aquelas menores de dezoito anos, conforme art. 7º, inc. XXXIII, da CF/88.

06.02 – A apresentação de regularidade junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), devidamente atualizado exige o concorrente da apresentação dos documentos exigidos nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 06.01.

06.03 - Os documentos de habilitação poderão ser fornecidos em originais, fotocópias autenticadas por Tabelaio de Notas ou por servidor desta Seção Judiciária.

06.04 - A autenticação de documentos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, após aberta a sessão, somente será realizada caso o Pregoeiro julgue conveniente, motivo pelo qual se recomenda o comparecimento antecipado dos licitantes que pretendam atribuir autenticidade às fotocópias de seus documentos através de membro da Equipe de Apoio.

06.05 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CGC/CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a)** se o licitante for a empresa **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CGC/CNPJ da **matriz**, ou;
- b)** se o licitante for uma **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CGC/CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização**, ou;
- c)** se o licitante for a **matriz** e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CGC/CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente;
- d)** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CGC/CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

VII - DO PROCEDIMENTO:

07.01 - Nenhum documento e/ou proposta escrita será recebido pelo Pregoeiro **depois de aberta a sessão**, salvo dos licitantes já presentes, assim como não se admitirá quaisquer adendos e/ou alterações, motivo pelo qual recomenda-se a todos os interessados que estejam presentes no local identificado no preâmbulo, pelo menos 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para o início da sessão, para procederem os respectivos credenciamentos.

07.02 - No dia, hora e local designados neste instrumento, em sessão pública e na presença dos representantes dos licitantes e da Equipe de Apoio, o Pregoeiro receberá os documentos de credenciamento e os envelopes contendo a “Proposta Comercial” (envelope 1) e os “Documentos de Habilitação” (envelope 2), sendo os trabalhos ordenados como segue:

- a) A partir de quinze minutos antes do horário previsto para o início da sessão, o Pregoeiro procederá ao credenciamento dos representantes dos licitantes interessados, ocasião em que será assinada a lista de presença com a identificação de todos os credenciados;
- b) no horário fixado no preâmbulo, será **aberta a sessão** e recolhidos os envelopes das concorrentes cujos representantes estejam devidamente credenciados, exibindo-os para que todos constatem a sua inviolabilidade;
- c) a seguir, realizar-se-á a abertura dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” (envelope nº 01), sendo os documentos contidos nos mesmos rubricados pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio;
- d) Verificadas as propostas, não poderão participar da fase competitiva de lances verbais as propostas cujos valores sejam superiores a 10 % (dez por cento) do menor valor proposto. Em casos que não haja, no mínimo, três concorrentes no conjunto formado pelo autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela, serão admitidas propostas que estejam acima deste limite, até completar o número mínimo de três, à luz da legislação vigente;
- e) ato contínuo, o Pregoeiro abrirá a etapa competitiva e a Equipe de Apoio projetará os nomes das empresas que poderão ofertar lances, sendo que os lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em **valores distintos e decrescentes**, sempre que o Pregoeiro convidar individualmente, de forma seqüencial, o representante para fazê-lo, a partir do autor da **proposta de maior preço** até o de menor, e assim sucessivamente. A recusa em ofertar lances quando convocado acarreta a exclusão do particular da fase competitiva, com o registro do último lance ofertado ou da proposta escrita, caso não haja lances, como sua melhor proposta;
- f) dar-se-á por encerrada a etapa competitiva de lance verbais quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem o desinteresse em apresentar novos lances, sendo, neste caso, registrados e classificados no sistema os preços finais propostos. Na ocasião, ficarão as propostas disponíveis para exame dos representantes presentes;
- g) após, feito isso para todos os itens, se for o caso, o Pregoeiro verificará a compatibilidade do menor preço ofertado com o valor indicado no Termo de Referência, procedendo à negociação junto ao particular que propôs o menor preço para obter melhores condições para a Administração;
- h) aceito o preço final negociado ou proposto, o Pregoeiro analisará a proposta comercial aduzida pelo concorrente de menor preço quanto aos requisitos objetivos definidos no edital;
- i) desclassificada a proposta de menor preço ou na hipótese prevista na alínea “l” deste item, o Pregoeiro negociará com o autor da proposta classificada em segundo lugar visando obter melhores condições para a Administração; aceito o preço negociado, será também analisada a



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

proposta quanto aos requisitos objetivos fixados no edital; e assim sucessivamente, até que se tenha uma proposta que atenda ao interesse da administração e às regras editalícias;

j) acolhida a proposta que atenda ao interesse tutelado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope “Documentação de Habilitação” deste licitante, examinando os documentos constantes do mesmo, frente aos termos do ato convocatório e da legislação vigente;

l) inabilitada a concorrente, o Pregoeiro retomará os procedimentos fixados nas alíneas “i” e “j” deste item; e assim continuamente, até que se tenha uma empresa habilitada a contratar e cujo preço interesse à administração;

m) identificada a melhor proposta para atender ao interesse público e divulgado o resultado do julgamento, os concorrentes poderão manifestar a intenção, sempre devidamente motivada, de recorrer do presente julgamento, sendo registrada(s) em ata a(s) síntese(s) das razões do(s) recurso(s), caso em que será encerrada a sessão e estabelecido o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação formal do recurso e das respectivas contra-razões (em igual número de dias, que começaram a correr do término do prazo do recorrente); do contrário, o Pregoeiro procederá à imediata adjudicação do objeto ao vencedor, registrando-se tudo no Sistema Gerenciador de Licitações e na ata circunstanciada da sessão;

n) adjudicado o objeto ao vencedor, caso não haja recurso, o Pregoeiro devolverá os envelopes “Documentação de Habilitação” lacrados aos respectivos concorrentes e solicitará ao vencedor, se julgar necessário, a apresentação de nova planilha de preços, unitários e totais, com os valores compatíveis ao lance vencedor, no prazo de dois dias úteis.

07.03 – Para o caso de não serem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor e o preço estimado para a contratação, devendo o Pregoeiro negociar junto ao particular melhores condições para a Administração.

07.04 – Em havendo desclassificação ou inabilitação da empresa que apresentou a menor proposta escrita, o Pregoeiro reiniciará os procedimentos sempre que houver outro(s) concorrente(s) que não participou(ram) da fase de lances verbais, baseando-se na nova proposta escrita de menor valor para aplicação da regra de 10 % (dez por cento) ou dos três menores preços propostos, devendo os lances, neste caso, serem sempre inferiores ao menor valor registrado na primeira fase competitiva.

07.05 – Em caso de apresentação de recurso, o Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os “Documentos de Habilitação” até que seja julgada a(s) demanda(s), devendo as empresas interessadas retirá-los no prazo de 30 (trinta) dias após esta data, sob pena de inutilização dos mesmos.

07.06 - Caso todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram as inabilitações ou desclassificações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

VIII - DO JULGAMENTO:

08.01 – O **julgamento das propostas comerciais** será processado segundo os critérios objetivos abaixo:

a) não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estipuladas, uma vez entregues os envelopes “Proposta Comercial”; assim como, não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões não ressaltados na proposta e que ponham em dúvidas informações essenciais à compreensão;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

- b) serão desclassificadas as propostas que não atendam às especificações contidas neste ato convocatório e nos anexos; assim como, as que infringjam preceitos contidos em legislação específica;
- c) propostas ou lances que contenham valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, de acordo com o estabelecido no art. 44, § 3º da Lei 8.666/93, serão desclassificadas;
- d) não serão consideradas, para efeito de julgamento, ofertas de quaisquer vantagens não previstas neste instrumento de convocação;
- e) **no julgamento das propostas será adotado, exclusivamente, como critério de classificação, O MENOR PREÇO.**
- f) – Ocorrendo divergência entre o percentual expresso em algarismos e o escrito, por extenso, será considerada a segunda forma de apresentação.
- g) – Se apresentado o percentual de desconto com duas ou mais casas decimais, será considerada a primeira casa decimal, sem qualquer arredondamento.
- h) – Se o preço constante da proposta vencedora for superior em 10% (dez por cento) do valor estimado pela Administração, será considerado excessivo e a proposta desclassificada.

08.02 – O julgamento da habilitação será processado segundo os critérios abaixo:

- a) - Serão inabilitadas as concorrentes que não atenderem quaisquer das exigências estipuladas na **CLÁUSULA VI** deste ato convocatório, bem como as que transgredirem quaisquer normas da legislação vigente.
- b) - Os participantes que apresentem quaisquer dos documentos com data da validade vencida serão inabilitados.
- c) - Documentos com rasuras ou entrelinhas que ponham em dúvida a veracidade dos dados acarretarão a inabilitação do licitante.

IX - DO DESEMPATE, DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

09.01 – Havendo absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas escritas ou lances verbais, o Pregoeiro adotará como critério de desempate, o sorteio, durante a própria sessão pública, na presença dos licitantes interessados, conforme previsto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

09.04 - O Pregoeiro, caso não haja recurso em oposição ao julgamento do certame, adjudicará o objeto ao particular cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração.

09.05 - O Juiz Federal - Diretor do Foro homologará, caso julgue conveniente, a decisão do Pregoeiro, autorizando a respectiva contratação.

X - DO DIREITO DE PETIÇÃO:

10.01 – Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório de Pregão até o segundo dia útil que anteceder à data da sessão de realização do certame, conforme o art. 12, *caput*, do Anexo I, do D. 3.555/2000.



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

10.02 – A impugnação tempestiva dos termos do ato de convocação não impede a participação no presente certame até o trânsito em julgado da decisão referente a tal impugnação, de acordo com o art. 41, § 3º da Lei 8.666/93.

10.03 – Divulgado o resultado do julgamento do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com o devido registro em ata da síntese de suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação detalhada e formal das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, estando desde então lhes assegurada vistas aos autos;

10.04 - O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) à autoridade superior, MM. Juiz Federal Diretor do Foro, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo;

10.05 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.06 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Diretor deste Foro homologará a presente licitação e, em consequência, adjudicará o objeto ao licitante vencedor, para fins de contratação.

10.07 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante durante a própria sessão, para o devido registro da síntese das razões em ata, ocasionará a decadência do direito de recurso e a imediata adjudicação do objeto ao vencedor.

10.08 - Não serão conhecidos os recursos, cujas petições não sejam apresentadas tempestivamente.

XI - DO CONTRATO:

11.01 - O contrato será realizado nos termos do disposto no art. 62, *caput*, da Lei 8.666/93;

11.02 - O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2009.

XII - DA PUBLICIDADE:

12.01 O presente Edital será publicado em forma de aviso no DOU - Seção III e na *Homepage* deste Órgão na Internet (www.jfse.gov.br), conforme estabelece art. 11, alínea “a” do Anexo I, do Dec. 3.555/2000.

12.02 – Todos os atos do referido processo durante a chamada fase externa serão divulgados via *Internet* no *site* acima indicado.

12.03 – Qualquer interessado poderá solicitar vistas dos autos na sala de Licitações deste Órgão, sempre que se fizer necessário.

12.04 – O Contrato será publicado, em forma de extrato, no DOU – Seção III, bem como mantida atualizada no *site* deste órgão na *Internet*.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

XIII - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.01 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União para o presente exercício, estando classificada(s) no(s) programa(s) de trabalho Julgamento de Causas nº 0821, no elemento de despesa 33903007- categoria econômica “despesas de custeio” ou através de convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

XIV – DO PAGAMENTO:

14.01 - Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária ou boleto bancário, no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar do atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela Seção de Serviços Gerais, salvo eventual atraso na liberação de recursos financeiros por parte do TRF - 5a. Região. Para tanto, a referida Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada em duas vias, com indicação da conta corrente e respectiva agência bancária.

14.02 - Havendo atraso no pagamento da NF/Fatura por parte da Justiça Federal, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

N/30

EM= [(1 + TR/100) - 1] x VP, onde,

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial -TR ;

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

14.03 - O contratada obriga-se estar em dia com o recolhimento de tributos, contribuições e encargos, tudo em conformidade com o que dispõe a legislação geral para contratação com a Administração(inciso IV do art. 13, Decreto 3.555/2000 c/c Decreto 5.586/2005), regularidade junto ao FGTS, CND, como também com o fornecimento de vales-transportes e outros benefícios dentro dos prazos regulamentares fixados em lei;

XV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.01 - Homologada a presente licitação, o particular será convocado para assinar o Contrato, o qual deverá fazê-lo dentro do prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, hipótese em que a firma poderá solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, sob pena de decair do direito de contratar.

15.02 - São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes deste certame, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente:

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Administração;

b) multa de até 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato, para os casos de reincidência da alínea “a” ;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

- c) multa de até 0,3%** (três décimos percentuais) por dia de atraso no fornecimento, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) multa de até 10%** (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, quando o atraso no fornecimento for superior a 30 dias;
- e) multa de 5%** (cinco por cento) **a até 15%** (quinze por cento), a depender da gravidade do inadimplemento não contemplado nas alíneas anteriores.
- f) suspensão temporária** do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 87 da lei 8.666/93.

15.3. A licitante ou contratada que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.04 – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual será assegurado à empresa o **contraditório** e a **ampla defesa**.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.01 - A administração poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 18 do Anexo I, do DL. 3.555/2000.

16.02 - O vencedor do certame fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.03 O vencedor do certame fica obrigado a entregar o material na forma estipulada no anexo I.

16.04 - As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, conforme fixa o art. 4º, parágrafo único do Anexo I, do Decreto 3.555/2000.

16.05 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, que se baseará nas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e da Lei 10520/2002.

16.06 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a data da apresentação das mesmas.

16.07 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

16.08 - Na contagem dos prazos previstos neste instrumento de licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme determina o art. 110, da Lei nº 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

16.09 – O Pregoeiro, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta, em observância aos termos do art. 43, § 3º, da Norma que disciplina as licitações.

Maiores esclarecimentos e informações sobre este Pregão, serão prestadas pelo Pregoeiro ou a Equipe de Apoio no endereço constante do preâmbulo deste edital ou pelo fone (79) 3216.2300, fax (79) 3216.2244.

Aracaju/SE, 13 de novembro de 2008.

Andrews Monteiro Almeida
Pregoeiro



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

Pregão nº 029/2008-JF/SE

Anexo I

PROJETO BÁSICO

1.0 – OBJETO

O presente projeto básico visa dar subsídios para a contratação de empresa fornecedora de água mineral ou potável de mesa, para a Justiça Federal de Sergipe.

2.0 – JUSTIFICATIVA

A presente contratação se justifica pela necessidade de atender ao consumo de água potável de Magistrados, servidores, colaboradores e do público que frequenta a Justiça Federal de Sergipe diariamente.

3.0 – ENDEREÇOS DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues diretamente pela Contratada, nos seguintes locais, :

3.1 – Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

Av. Doutor Carlos Rodrigues da Cruz, 1500 – Centro Administrativo Governador Augusto Franco – Capucho - Aracaju/SE.

3.2 – Fórum Desembargadora Federal Margarida de Oliveira Cantarelli

Praça Camerino, 227 – Centro – Aracaju/SE

4.0 – QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

A Contratada deverá fornecer os materiais à Justiça Federal de Sergipe nas seguintes quantidades e especificações:

- Água mineral ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em garrações de plástico transparente de 20 (vinte) litros, lacrados.

4.1 O consumo médio da Justiça Federal de Sergipe é atualmente de **220 (duzentos e vinte)** garrações de 20 litros por mês;

4.2 O quantitativo constante no item anterior pode variar de um mês para outro, para mais ou para menos, devendo a Contratada estar preparada para fornecer as quantidades que, porventura, ultrapassarem o consumo médio mensal desta Seccional;

4.3 A quantidade constante no item 4.1 é apenas um referencial, não obrigando a Justiça Federal a adquirir o quantitativo ali informado;

4.4 O fornecimento será realizado por meio da reposição de garrações vazios de propriedade da Justiça Federal de Sergipe;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

4.5 Os garrafões entregues devem estar devidamente lacrados, garantindo sua inviolabilidade, apresentando rótulo de classificação de água aprovado pelo DNPM, prazo de validade, marca do produtor e demais especificações pertinentes .

5.0 - FORNECIMENTO

5.1 - As entregas deverão ser realizadas semanalmente, às segundas-feiras e às quintas-feiras, no horário das 08h às 11h, devendo a contratada substituir os garrafões vazios por cheios, independente de solicitação por parte da Justiça Federal de Sergipe.

5.2 – Em casos excepcionais, poderá a Justiça Federal de Sergipe, através da Seção de Serviços Gerais, efetuar solicitação de fornecimento em data diferente do estipulado no item 5.1, por telefone, fax ou correio eletrônico, a qual deverá ser atendido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.3 Com base em pesquisa realizada no mercado local, estima-se para a presente contratação o custo mensal de R\$ 748,00 (setecentos e quarenta e oito reais), perfazendo um custo anual de R\$ 8.976,00.

6.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Realizar o fornecimento dos materiais nas datas e horários estipulados neste projeto básico;

6.2 Apresentar seus empregados responsáveis pelas entregas devidamente identificados, devendo os mesmos ser orientados acerca do cumprimento das normas gerais de procedimento e segurança da Justiça Federal de Sergipe;

6.3 Informar imediatamente à Justiça Federal de Sergipe a ocorrência de fato que impeça ou dificulte o cumprimento do Contrato;

6.4 Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições da habilitação, especialmente em relação à regularidade fiscal;

6.5 Efetuar a substituição dos materiais porventura recusados pela Justiça Federal de Sergipe, em decorrência da constatação de irregularidades nos recipientes ou em seu conteúdo;

6.6 Apresentar, quando da assinatura do contrato e sempre que solicitado, análise bacteriológica e físico-química da água, feita por laboratórios oficiais;

6.7 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por qualquer dano ou prejuízo causado por seus empregados a equipamentos, patrimônio, instalações ou bens da Justiça Federal de Sergipe ou de terceiros, bem como aos servidores, magistrados, colaboradores e frequentadores desta repartição, quando da execução dos serviços objeto do contrato;

6.8 Apresentar, mensalmente, a respectiva nota fiscal, acompanhada de cópia das certidões de regularidade fiscal exigidas quando da habilitação, bem como das informações bancárias para a realização do pagamento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

7.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Facilitar o acesso dos empregados da Contratada às dependências da Justiça Federal de Sergipe, para a realização das entregas dos materiais objeto do contrato;
- 7.2 Efetuar os pagamentos das notas fiscais emitidas pela Contratada, no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis após o atesto dos referidos documentos pela Seção de Serviços Gerais da Justiça Federal de Sergipe;
- 7.3 Fiscalizar, através da Seção de Serviços Gerais, o cumprimento, por parte da contratada, dos termos do contrato;
- 7.3.1 A fiscalização constante deste item não exime a Contratada das responsabilidades constantes no item 6.6.
- 7.4 Recusar o recebimento dos materiais, em decorrência da constatação de irregularidades nos garrafões ou em seu conteúdo;
- 7.5 Informar imediatamente à Contratada a ocorrência de situações que contrariem o disposto no contrato, a fim de que esta tome as providências que julgar necessárias.

8.0 DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução do contrato, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Aracaju, 10 de junho de 2008.

(a)Edmilson Farias Santos
Seção de Serviços Gerais
Supervisor



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

Pregão nº 029/2008-JF/SE

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº / 2008

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE ÁGUA MINERAL OU POTÁVEL DE MESA, PARA A JUSTIÇA FEDERAL DE SERGIPE, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE, E A FIRMA, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE**, com sede na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500 - Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju/SE, inscrita no CGC/MF sob o nº 05.426.567/0001-48, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Juiz Federal - Diretor do Foro, no uso de suas atribuições legais, e a firma **XXXXXXXXXX**, CGC/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede na cidade de **XXXXX/XX**, com endereço à **XXXXXXXXXXXX**, Bairro **XXXXXXXXXX**, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Procurador **XXXXXXXXXX**, brasileiro, portador da CI **XXXXXX**- SSP/SE, CPF **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado à **XXXXXXXXXX**, nº **XX**, Bairro **XXXXXX**, nesta Capital, têm justo e avençado, e celebram por força deste instrumento, um **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL OU POTÁVEL DE MESA, PARA A JUSTIÇA FEDERAL DE SERGIPE**, decorrente do Processo Administrativo n.º 157/2008, Pregão n.º 029/2008-JF/SE, observadas as disposições do Decreto 3.555/00, Lei 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93; e mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto o **FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL OU POTÁVEL DE MESA, PARA A JUSTIÇA FEDERAL DE SERGIPE, conforme especificações contidas nos anexos I que são partes integrantes deste termo.**

DO VALOR DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA - Atribui-se ao presente contrato o valor estimativo de R\$ 8.976,00 (oito mil, novecentos e setenta e seis reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União para o presente exercício, estando classificada(s) no(s) programa(s) de trabalho Julgamento de Causas nº 0821, no elemento de despesa 33903007- categoria econômica “despesas de custeio” ou através de convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

CLÁUSULA QUARTA - Para pagamento das despesas relativas ao serviço ora contratados foi emitida a Nota de Empenho nº 2008NE000**XXX**, no valor de R\$ **XXXXXXXXXX** (**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

DO FATURAMENTO, PAGAMENTO E RETENÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária ou boleto bancário, no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar do atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela Seção de Serviços Gerais, salvo eventual atraso na liberação de recursos financeiros por parte do TRF - 5a. Região. Para tanto, a referida Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada em duas vias, com indicação da conta corrente e respectiva agência bancária.

§ 1º - Havendo atraso no pagamento da NF/Fatura por parte da Justiça Federal, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$N/30$

$EM = [(1 + TR/100) - 1] \times VP$, onde,

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial -TR ;

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

§ 2º - O contratada obriga-se estar em dia com o recolhimento de tributos, contribuições e encargos, tudo em conformidade com o que dispõe a legislação geral para contratação com a Administração (inciso IV do art. 13, Decreto 3.555/2000 c/c Decreto 5.586/2005), regularidade junto ao FGTS, CND, como também com o fornecimento de vales-transportes e outros benefícios dentro dos prazos regulamentares fixados em lei

§ 3º Em caso de ocorrência de débitos para com a seguridade social, diretamente vinculados à execução do contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a efetuar a retenção parcial dos créditos da CONTRATADA para satisfação da obrigação previdenciária (art. 195, parágrafo terceiro da CF e Ac. TCU nº 740/2004 – Plenário).

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA -O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2009.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA SÉTIMA– A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

- 7.1. Facilitar o acesso dos empregados da Contratada às dependências da Justiça Federal de Sergipe, para a realização das entregas dos materiais objeto do contrato;
- 7.2. Efetuar os pagamentos das notas fiscais emitidas pela Contratada, na forma disposta na cláusula quinta;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

- 7.3. Fiscalizar, através da Seção de Serviços Gerais, o cumprimento, por parte da contratada, dos termos do contrato;
- 7.3.1. A fiscalização constante deste item não exime a Contratada das responsabilidades constantes no item 6.6.
- 7.4. Recusar o recebimento dos materiais, em decorrência da constatação de irregularidades nos garrafões ou em seu conteúdo;
- 7.5. Informar imediatamente à Contratada a ocorrência de situações que contrariem o disposto no contrato, a fim de que esta tome as providências que julgar necessárias.

CLÁUSULA OITAVA– A CONTRATADA se obrigará a:

- 8.1 - Realizar o fornecimento dos materiais nas datas e horários estipulados no projeto básico (semanalmente, às segundas-feiras e às quintas-feiras, no horário das 08h às 11h);
- 8.2 Apresentar seus empregados responsáveis pelas entregas devidamente identificados, devendo os mesmos ser orientados acerca do cumprimento das normas gerais de procedimento e segurança da Justiça Federal de Sergipe;
- 8.3 Informar imediatamente à Justiça Federal de Sergipe a ocorrência de fato que impeça ou dificulte o cumprimento do Contrato;
- 8.4 Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições da habilitação, especialmente em relação à regularidade fiscal;
- 8.5 Efetuar a substituição dos materiais porventura recusados pela Justiça Federal de Sergipe, em decorrência da constatação de irregularidades nos recipientes ou em seu conteúdo;
- 8.6 Apresentar, quando da assinatura do contrato e sempre que solicitado, análise bacteriológica e físico-química da água, feita por laboratórios oficiais;
- 8.7 Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por qualquer dano ou prejuízo causado por seus empregados a equipamentos, patrimônio, instalações ou bens da Justiça Federal de Sergipe ou de terceiros, bem como aos servidores, magistrados, colaboradores e frequentadores desta repartição, quando da execução dos serviços objeto do contrato;
- 8.8 Apresentar, mensalmente, a respectiva nota fiscal, acompanhada de cópia das certidões de regularidade fiscal exigidas quando da habilitação, bem como das informações bancárias para a realização do pagamento.
- 8.9 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato.

DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

CLÁUSULA NONA: São sanções passíveis de aplicação ao contratado, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente:

- a) advertência**, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Administração;
- b) multa de até 1%** (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato, para os casos de reincidência da alínea “a” ;
- c) multa de até 0,3%** (três décimos percentuais) por dia de atraso no fornecimento, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) multa de até 10%** (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, quando o atraso no fornecimento for superior a 30 dias;
- e) multa de 5%** (cinco por cento) **a até 15%** (quinze por cento), a depender da gravidade do inadimplemento não contemplado nas alíneas anteriores.
- f) suspensão temporária** do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93.

§ 1º – A licitante ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 2º – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual será assegurado à empresa o **contraditório** e a **ampla defesa**.

Parágrafo Único: A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: Constituem motivo para rescisão do presente contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente contrato, sob a forma de extrato, será publicado no Diário Oficial da União.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os empregados da CONTRATADA que estiverem prestando serviços à CONTRATANTE, embora sujeitos às normas disciplinares da Casa, em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com este Órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, durante a execução do presente contrato, mesmo que praticados involuntariamente, o que ensejará o desconto do valor correspondente ao ressarcimento do faturamento do mês subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A CONTRATADA se obriga a manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu causa a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os casos excepcionais não previstos neste termo serão examinados pelas partes, sendo obrigatória a sua formalização e serão decididas em conformidade com a Lei 8.666/93 e Legislação complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Para dirimir questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Sergipe com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que, a seguir, também assinam.

Aracaju/SE, xx de xxxxxxxxx de 2008.

**Edmilson da Silva Pimenta
Juiz Federal Diretor do Foro
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME/CPF:

NOME/CPF:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

PREGÃO N° 029/2008 – JF/SE

ANEXO - III

(usar papel timbrado da empresa)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Local e data

Ao
Pregoeiro da Justiça Federal do Estado de Sergipe
Aracaju (SE)

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o Sr.(a) _____
_____, portador(a) da carteira de identidade n° _____, expedida pela
SSP do Estado de _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao
Pregão n° 029/2008-JF/SE, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada,
quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar
impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os atos
inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

PREGÃO N° 029/2008 – JF/SE

ANEXO - IV

(usar papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

Declaro, sob as penas da lei, a inexistência de fatos supervenientes que obstaculizem a
habilitação no presente certame da empresa
_____, CNPJ n° _____,
com endereço na Avenida/Rua _____, nesta Capital.

Aracaju/SE, ____ de _____ de 2008.

Assinatura do responsável
CPF n° _____



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

PREGÃO N° 029/2008 – JF/SE

ANEXO - V

(usar papel timbrado da empresa)

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____
_____, CNPJ n° _____, com endereço na Av. /
Rua _____, cumpri integralmente o disposto no art. 7º, inc. XXXIII,
da CF/88, ou seja, não possui entre seus trabalhadores, pessoas menores de dezesseis anos de idade,
salvo na condição de aprendiz e quando a idade for acima de quatorze anos, e/ou quaisquer pessoas em
atividades noturnas, insalubres, perigosas cujas idades sejam menores de dezoito anos.

Aracaju/SE, ____ de _____ de 2008.

Assinatura do responsável
CPF n° _____